

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

WELLIGTON ANTUNES DA CUNHA

**ASPECTOS DA PRESENÇA DA IDENTIDADE AÇORIANA NO LITORAL
CATARINENSE**

Florianópolis/SC,

2016

WELLIGTON ANTUNES DA CUNHA

**ASPECTOS DA PRESENÇA DA IDENTIDADE AÇORIANA NO LITORAL
CATARINENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, como
requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel e
Licenciado em História.

Orientador: Prof^o João Klug

Florianópolis/SC,

2016

CUNHA, Welligton Antunes da. Aspectos da presença da identidade açoriana no litoral catarinense/Welligton Antunes da Cunha.

Florianópolis: 2016. 56 f.

Orientador: João Klug.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2016.

1. Açores. 2. Identidade açoriana. 3. Litoral catarinense. I. CUNHA, Welligton Antunes da. II. Universidade Federal de Santa Catarina. III. Aspectos da presença da identidade açoriana no litoral catarinense.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

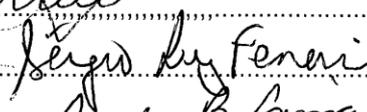
ATA DE DEFESA DE TCC

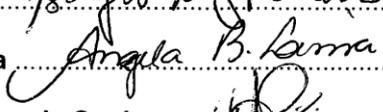
Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis, às catorze horas, no LABHIMA Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor **João Klug**, Orientador e Presidente, o Professor **Sergio Luiz Ferreira**, e a Professora **Angela Bernadete Lima**, designados pela Portaria nº31/HST/16 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de arguirem o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Wellington Antunes da Cunha**, subordinado ao título: “**Aspectos da presença da identidade açoriana no litoral catarinense**”. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido do Professor **João Klug**, a nota final *6,0*, do Professor **Sergio Luiz Ferreira**, a nota final *6,0*, e da Professora **Angela Bernadete Lima**, a nota final *6,0*; sendo aprovado com a nota final *6,0*. O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História até o dia quinze do mês de agosto de dois mil e dezesseis. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

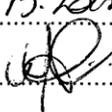
Florianópolis, 8 de agosto de 2016.

Banca Examinadora:

Prof. João Klug..... 

Prof. Sergio Luiz Ferreira..... 

Prof. Angela Bernadete Lima..... 

Candidato Wellington Antunes da Cunha..... 

RESUMO

Este trabalho tratará sobre os aspectos da presença da identidade açoriana no litoral catarinense e terá por principal finalidade demonstrar a bagagem que os açorianos trouxeram a este litoral, tais como festas e outros costumes que se misturaram às culturas que já se encontravam enraizadas nessa referida região. Para se alcançar esse objetivo, apresentar-se-á, inicialmente, o tema e problematização da pesquisa, bem como o objetivo geral e objetivos específicos, para, conseqüentemente, tratar-se da discussão teórica acerca do assunto. Na seqüência, passar-se-á, então, a versar de alguns pontos específicos ligados à temática proposta, quais sejam, como se deu o descobrimento à povoação dos Açores e quais algumas características e particularidades relativas à Santa Catarina. Além disso, examinar-se-á a ligação existente entre a Festa do Espírito Santo ocorrida no litoral catarinense e aquela dos Açores, quais as principais peculiaridades dos engenhos de farinha de mandioca, como também os estudos e a descoberta da açorianidade. Finalmente, tratar-se-á sobre o mercado da cultura, a identidade étnica, a etnicidade e uso político, para, por fim, abordar-se a identidade do manezinho. Ao final desse estudo, compreender-se-á, pois, que existem muitas semelhanças com a cultura existente nos Açores e aquela observada no litoral catarinense. Porém, algumas diferenças serão constatadas, motivo pelo qual serão apresentadas e fundamentadas no decorrer desse estudo.

Palavras-chave: Açoriana. Cultura. Identidade. Litoral catarinense.

ABSTRACT

This work will broach the Azorean identity in the coast of Santa Catarina and it will have as main purpose to show the cultural baggage that the azoreans brought to this coast, such as parties and other costumes that mixed with the cultures that were already rooted in this said region. To reach this goal, it will be initially presented the theme and the problematization of the research, to, consequently address the theoretical discussion on the subject. Following, it will start to talk about some specific points related to the proposed theme, such as, how did it happen the discovery and settlement of the Azores, and which of some characteristics and particularities are related to Santa Catarina. Still in this same chapter, it will be examined the existing connection between the "Festa do Espírito Santo" that occurs in the Coast of Santa Catarina and the one in the Azores, the main peculiarities of the cassava flour mills, as well as the studies and the discovery of the azoreanity. Besides that, it will address about the cultural market, the ethnic identity, the ethnicity, and political use, to finally, broach the identity of the "manezinho". By the end of this study, it will be understood, that there are many similarities with the existing culture in the Azores and that observed in the coast of Santa Catarina. Otherwise, some differences are noted, reason why are presented and based in the course of this study.

Key words: Azorean. Culture. Identity. Coast of Santa Catarina

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Casas típicas da Ilha Terceira	8
Figura 2 - Festas Sanjoaninas da Ilha Terceira reforçam laços com emigrantes açorianos	10
Figura 3 - Forte Santana localizado nas proximidades da cabeceira insular da Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 4 - Forte de São Brás na Vila do Porto	15
Figura 5 - Angra do Heroísmo.....	13
Figura 6 - Evolução da população açoriana durante os séculos XVI e XXI	18
Figura 7 - Evolução populacional por ilhas nos séculos XVI e XX.....	19
Figura 8 – Comparação da população de procedência açoriana entre quatro freguesias de Santa Catarina.....	19
Figura 9 - Festa do Divino Espírito Santo em Florianópolis (1)	23
Figura 10 - Festa do Divino Espírito Santo em Florianópolis (2)	24
Figura 11 - Igreja em Florianópolis.....	25
Figura 12 - Igreja Nossa Senhora do Rosário – Ilha de São Miguel	26
Figura 13 - Procissão na Ilha Terceira.....	27
Figura 14 - Tapetes com flores naturais na comunidade de Biscoitos, Ilha Terceira.....	28
Figura 15 - Engenho movido a boi de cangalha	30
Figura 16 - Utensílios e engrenagens utilizadas no Engenho movido a boi de cangalha.....	31
Figura 17 - Moinho de vento na Ilha do Faial	32
Figura 18 - Engrenagem interna de moinho de vento na Ilha do Pico	32
Figura 19 - Tourada à corda: homens da corda	34
Figura 20 - Embarcações em Florianópolis.....	36
Figura 21 - Embarcações em Ilha do Pico/Vila do Porto	37
Figura 22 - Franklin Cascaes.....	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
2 DOS AÇORES AO LITORAL CATARINENSE	13
2.1 DO DESCOBRIMENTO À POVOAÇÃO DOS AÇORES.....	13
2.2 SANTA CATARINA	20
3 DA CULTURA TRAZIDA DOS AÇORES	22
3.1 A FESTA DO ESPÍRITO SANTO	22
3.2 OS ENGENHOS DE FARINHA DE MANDIOCA	29
4 DA AÇORIANIDADE	34
4.1 OS ESTUDOS E A DESCOBERTA DA AÇORIANIDADE	34
4.1.1 Franklin Cascaes	39
4.2 A DÉCADA DE 90	40
4.3 O MERCADO DA CULTURA.....	42
4.4 IDENTIDADE ÉTNICA	44
4.5 ETNICIDADE E USO POLÍTICO	46
4.6 A IDENTIDADE DO “MANEZINHO”	47
4.6.1 O que é ser “manezinho”	49
CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS	53

INTRODUÇÃO

Neste trabalho trata-se acerca das desambiguações da cultura açoriana no sul do Brasil e de como se misturou às demais culturas já presentes no local. Dentre as culturas existentes no litoral catarinense, cita-se a açoriana, mas não a mesma que se encontra presente nos Açores, já que esta última se mescla às culturas locais e se formou a partir das várias uniões com outras culturas colonizadoras, bem como com as culturas autóctones. Visa-se, ainda, discutir a utilização e aceitação desta origem através da história local e, por fim, discorrer sobre a influência histórica que diferencia cultura açoriana da cultura presente no litoral catarinense.

A cultura no litoral dos Açores desenvolve-se em paralelo com a cultura de Portugal continental. Muitas de suas diferenças devem-se aos próprios colonizadores do arquipélago, originários de várias regiões da Europa, a exemplo de Flandres, bem como outros vindos da África. Dessa forma, essas várias influências ficam evidentes na forma de falar do povo açoriano, muito distinta do português de Portugal e singular entre uma ilha e outra.

Figura 1 – Casas típicas da Ilha Terceira



Fonte: Visit Portugal (2016a)

Os primeiros açorianos no litoral sul do Brasil desembarcaram, em meados do século XVIII, principalmente para as regiões litorâneas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, estando alocados em diversas comunidades. Em Santa Catarina, destacam-se as comunidades

da Freguesia do Ribeirão da Ilha, São João do Rio Vermelho, Pântano do Sul, Armação do Pântano do Sul, Santo Antonio de Lisboa, São Miguel no município de Biguaçu, São José da Terra Firme atual município de São José e Ganchos em Governador Celso Ramos. No Rio Grande do Sul tem-se como ponto de imigração mais conhecido o Porto dos Casais atual Porto Alegre. Tem-se, ainda, a presença de açorianos na colônia de Sacramento no atual Uruguai, nas terras que depois seriam permutadas pela região dos Sete Povos das missões e pela saída dos invasores espanhóis da Ilha de Santa Catarina.

Na bagagem, os açorianos trouxeram suas festas e costumes que aqui foram se mesclando às culturas já enraizadas. Os Cantares (expressão que indica “canto”) e Balhares (expressão que indica “dança”) Açorianos – tais como, chamarritas, pezinhos, belas auroras e sapateias¹ – podem ser vistos, ainda hoje, na figura do Terno de Reis, parte da festa do divino, nos pezinhos do litoral catarinense e gaúcho, como na dança do Chamamé que tem sua contraparte nas Chamarritas açorianas.

As festas dos Açores também chegaram ao litoral catarinense, como, por exemplo, se pode observar nas festas de São João e que lá são chamadas São Joaninas. No que refere a esta festa, suas diferenças se apresentam por conta do período em que são realizadas, porque nos Açores ocorrem durante o verão, conquanto no Brasil no inverno. Além disso, cita-se a festa do divino, que teve sua origem em Portugal continental, mas possui maior força nos Açores e nos locais de imigração açoriana, seja essa imigração do século XVIII ou das novas imigrações do século XX. Na região do Ribeirão da Ilha até hoje acontece, ainda, a festa do joga n'água² - uma versão moderna do Entrudo Popular³.

¹ São danças tradicionais açorianas que, no Brasil, se mantiveram e também se mesclaram com outros instrumentos e típicos cantares regionais, como pode se ver em Côrtes e Lessa (1955).

² Uma das primeiras manifestações carnavalescas no Brasil e que antecede o período da Quaresma (MACEDO, 2011).

³ Resgate de antigos valores carnavalescos, tal como ocorre no carnaval do Zé Pereira, em Florianópolis.

Figura 2 – Festas Sanjoaninas da Ilha Terceira reforçam laços com emigrantes açorianos⁴



Fonte: Açoriano Oriental (2013)

Por fim, destaca-se também a Farra do Boi, vinculada na época da quaresma e hoje criminalizada através do Recurso Extraordinário nº 153.531-8/SC; RT 753/101. Esta prática foi proibida em território catarinense por força de acórdão decorrente de julgamento da Ação Civil Pública de nº 023.89.030082-0. Segundo interpretação do Supremo Tribunal Federal, a Farra do Boi é cruel e, por isso, poderia ser qualificada como crime, muito diferente do que ocorre nos Açores onde acontece de forma legalizada e ordeira através de regras estipuladas pelo governo local (BRASIL, 2015).⁵

Dito isso, salienta-se que no litoral catarinense encontra-se toda esta base cultural que se junta às culturas colonizadoras já presentes, bem como com as culturas autóctones tanto no falar quanto na culinária e nos hábitos, na cultura da pesca, na produção de mandioca, dentre outros, a exemplo de outras culturas que imigraram posteriormente para a região sul do Brasil.

Sendo assim, tem-se por objetivo geral analisar aspectos da presença da identidade açoriana no litoral catarinense.

Já, dentre os objetivos específicos, cita-se:

⁴ Esta foto retrata uma das ruas da Ilha Terceira, nos Açores.

⁵ Há proposta para que a Farra do Boi seja declarada patrimônio da humanidade pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (OURIQUE, 2015).

- a) apresentar como se deu o descobrimento e a povoação dos Açores e a chegada dos açorianos em Santa Catarina;
- b) tratar das semelhanças e diferenças da Festa do Espírito Santo e dos engenhos de farinha de mandioca nos Açores e no litoral catarinense;
- c) destacar aspectos relativos ao ser açoriano, ao mercado da cultura e identidade étnica; e,
- d) apontar ensinamentos referentes à relação entre etnicidade e uso político e à identidade do “manezinho”.

Trabalhando com conceitos de Barros (2004), de história comparada, analisam-se semelhanças e diferenças dos habitantes do Litoral Sul Brasileiro com aqueles dos Açores, em torno do conceito de identidade cultural, para identificar a presença da cultura açoriana no Brasil. Estes autores guiaram a observação das semelhanças e diferenças entre os Açores e seus destinos de migração para averiguar a proximidade cultural, porque, em um primeiro momento, Marc Bloch fixou requisitos fundamentais sobre os quais poderia ser constituída uma História Comparada que realmente tivesse sentido. Concluiu-se, assim, que dois aspectos irredutíveis seriam imprescindíveis, quais sejam, de um lado a similaridade dos fatos e de outro certas dessemelhanças com relação aos ambientes em que esta similaridade ocorria. A semelhança e a diferença são, assim, vistas como um jogo perfeitamente dinâmico e vivo, porque sem que hajam analogias e diferenças não há possibilidade de se falar em uma autêntica História Comparada.

O conceito de identidade cultural é outro ponto que norteia esse trabalho, levando-se em conta que cada tempo e cada espaço possuem a sua própria identidade que, por sua vez, é um apanhado de outras. Destaca-se, assim, que Identidade é um conceito mutável. Nesse contexto – muito menos fechada, muito menos estável e estática, e principalmente, muito menos “nacional” do que o era na época moderna (PACHECO, 2007).

É certo que essa nova percepção, essa nova forma de observar e vivenciar as identidades culturais é consequência das transformações ocorridas ao longo da modernidade – principalmente no último século, após a Segunda Guerra Mundial, na chamada Modernidade Tardia ou Pós- Modernidade - e, mais precisamente, após a globalização, diásporas pós-coloniais, processo de desconstrução do Estado-nação e de descentralização do sujeito moderno.

Estudando-se as representações de cotidiano ilhéu, seus costumes, valores, estilos e ideias e as comparando com os Açorianos identificam-se semelhanças e diferenças. Portanto, aqui adentram os conceitos teóricos metodológicos escolhidos para a realização da versão

final desse Trabalho de Conclusão de Curso.

Neste estudo compara-se o próximo e o distante para observar as pontes que se formam entre o litoral sul brasileiro e os Açores, bem como as suas singularidades. Busca-se, então, quais são as origens destas singularidades. A partir disto, define-se as ligações culturais entre Açores e litoral sul do Brasil.

2 DOS AÇORES AO LITORAL CATARINENSE

2.1 DO DESCOBRIMENTO À POVOAÇÃO DOS AÇORES

Os Açores são um arquipélago formado por nove ilhas oceânicas no meio do Atlântico, ilhas que possuem formação vulcânica e, na sua maioria, não maiores do que a Ilha de Santa Catarina. Estas referidas ilhas se localizam na zona de contato entre as placas tectônicas eurasiáticas, americanas e africanas e são divididas em três grupos:

- 1) Ilhas Orientais: Santa Maria e São Miguel;
- 2) Ilhas Centrais: Pico, Faial, Terceira, Graciosa e São Jorge; e,
- 3) Ilhas Ocidentais: Flores e Corvo (COSTA, 2008; LEAL, 2007).

O nome dado ao arquipélago se deu em virtude da grande quantidade de pássaros, da espécie açor encontrado na região, embora nos dias de hoje não se encontrem mais pássaros desta espécie nessas ilhas. O cronista Gaspar Frutuoso refere-se ao nome, elucidando que houve uma eventual confusão entre os primeiros colonos da ilha, ou seja, entre os açores e os milhares, estes sim presentes em abundância no arquipélago. Outra teoria destaca, por sua vez, que a nomenclatura Açores decorre do termo em italiano para “azul”, “Azurri”, referente a uma passagem anterior dos italianos por este arquipélago. Também existem relatos de outras passagens pelas ilhas, como a de assírios, mas como estes não teriam estabelecido povoamentos, coube aos portugueses o título de descobridores e detentores do direito a terra por eles “descoberta” em 1427 por Diogo de Silves. No entanto, vale registrar que tais ilhas só foram efetivamente encontradas em sua totalidade no ano de 1452 (COSTA, 2008).

Dada à descoberta das ilhas, houve políticas para povoá-las, o que ocorreu de forma morosa, já que o interesse português estava voltado principalmente para a zona do Marrocos (COSTA, 2008).

De acordo com Costa (2008), os primeiros imigrantes chegaram aos Açores vindos do reino português, sendo sua origem em locais como Algarve, Alentejo, Beira-Alta, Entre-Douro e, ainda, Lisboa, embora muitos tenham passado, primeiramente, pela Madeira antes de dirigirem-se aos Açores. A relação entre estes dois arquipélagos foi muito forte entre os séculos XV e XVI. A maioria dos imigrantes pertence às classes menos abastadas e alguns poucos fidalgos. Para as ilhas também se dirigiram judeus expulsos do Reino em 1496. Assim, os Açores foram utilizados como lugar de extradição de indivíduos indesejados, como mouros e conversos. Para as ilhas, ainda se dirigiram escravos de África para poder atender aos mais abastados, assim como outros grupos de diversas regiões da Europa, dentre eles os

flamencos, genoveses, florentinos, franceses, ingleses, dentre outros.

Neste ponto, verificam-se diversas fontes de origem cultural dos Açores onde predomina a cultura portuguesa que, ao mesmo tempo, mescla-se com as culturas de diversas origens.⁶

É no século XV com os avanços marítimos portugueses em direção ao Atlântico que as ilhas tornam-se um importante ponto de encontro no caminho entre América e Europa, tendo inclusive a ilha de Santa Maria sido usada como primeiro ponto de parada na Europa e no caminho de egresso do explorador Cristovão Colombo.

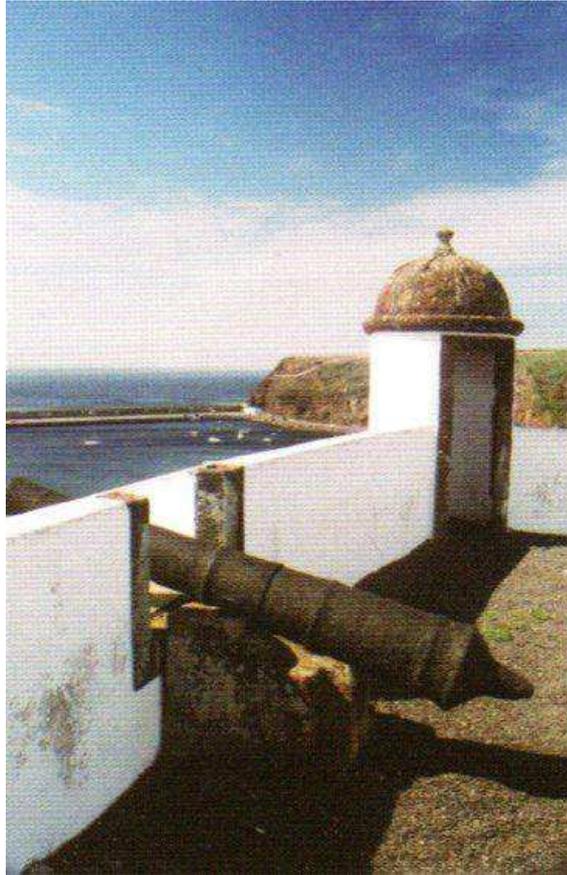
Figura 3 – Forte Santana localizado nas proximidades da cabeceira insular da Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis



Fonte: Pacheco (2006)

⁶ Este e os demais parágrafos em que não há indicação de referência bibliográfica foram desenvolvidas, em conformidade com experiências vivenciadas pelo acadêmico. Neste caso, em específico, a experiência foi vivenciada em viagem realizada no ano de 2012 às ilhas orientais do Arquipélago dos Açores.

Figura 4 – Forte de São Brás na Vila do Porto



Fonte: Pacheco (2006)

Figura 5 – Angra do Heroísmo⁷



Fonte: Visit Portugal (2016b).

⁷ “Associada aos Descobrimentos durante os séculos XV e XVI, Angra do Heroísmo é o exemplo da criação de uma cidade intimamente ligada à sua função marítima, tendo sido porto de escala obrigatória das frotas de África e das Índias. Em 1983, a UNESCO classificou-a Patrimônio Mundial” (VISIT PORTUGAL, 2016b).

Mas os Açores também sofriam as consequências do tratado de Tordesilhas, que dividia o mundo entre os países ibéricos em detrimento dos outros europeus, o que incentivou a utilização da atividade de corso e pirataria contra os navios vindos do novo mundo. Em resposta, gerou-se uma armada nas ilhas que acompanhava os navios no retorno do arquipélago até Lisboa. No entanto, as ilhas e, principalmente, as menores ainda sofriam muitos ataques, o que influenciaria nos costumes ilhéus, como se observará mais adiante (COSTA, 2008).

Os principais motivos para a emigração açoriana no Brasil nos séculos XVII e XVIII é o interesse do governo português em defender os territórios brasileiros de incursões estrangeiras. Atualmente, há três grandes motivos para a migração, quais sejam, o econômico, o bélico e o geográfico. Os açorianos teriam passado por todos estes motivos pra migrarem e a principal escolha, naquele momento, era o Brasil, em decorrência dos incentivos fiscais oferecidos pela coroa portuguesa. Assim, os pontos de migração no Brasil seriam Maranhão, Pará, Sul e Sudeste (LEAL, 2007).

Trouxe-se na bagagem a cultura, seus ritos católicos, o trabalho em terra e em mar. Todo momento em que o açoriano se viu ameaçado por uma quebra de colheitas, estiagem, dificuldades comerciais, diminuição dos fluxos de mercadorias e estrangeiros, vulcões, sismos ou pressões políticas e religiosas, ele olhou para o mar e se lançou à migração. Um dos principais destinos era ainda a América, com destaque para os Estados Unidos e Brasil. Porém, embora deixassem sua terra natal, carregavam consigo uma forte identidade regional que semeou e continua a dar frutos em diversas culturas (LEAL, 2007).

Os primeiros açorianos no nordeste do país tinham o objetivo de garantir domínio territorial sobre as ameaças francesas, inglesas e holandesas. Na região do Maranhão, a França desrespeitava o tratado de Tordesilhas, no período em que Portugal e Espanha estavam unificados sobre o governo do rei espanhol. Em 1615 este rei manda um ajuntamento português para recuperar as terras. Tendo expulsado os franceses é de fundamental importância a presença de colonos para manter as terras, estes colonos seriam os açorianos (LEAL, 2007).

Leal (2007) destaca que para este local foram encaminhados 300 (trezentos) casais açorianos. Porém, chegava-se a um total de, aproximadamente, 1000 (mil) pessoas, pois tais casais estavam com seus filhos(as).

No ano de 1654, com a expulsão dos holandeses, o madeirense João Fernandes Vieira, um dos heróis da Insurreição Pernambucana, ganhou uma grande extensão de terras na região nordeste do país e assumiu o cargo de chefe do Norte. Nessa época, implorou-se ao Rei

que fossem enviados casais açorianos para ocupar as terras, o que foi aceito, pois o próprio João se dispunha a pagar as despesas de viagem de até quatrocentas famílias vindas dos açores ou da madeira, custos, aliás, que seriam pagos com a prestação de trabalho pelos açorianos e madeirenses, respectivamente (LEAL, 2007).

Mais tarde houve a migração para o Pará de cerca de 50 (cinquenta) famílias que constituíam pouco mais de duzentas pessoas, embarcadas no dia 29 de março de 1677, no barco Jesus Maria e José em Horta, ilha do Faial (LEAL, 2007).

Em 1751, seguindo a política de ocupação, um grupo com pouco mais de quatrocentas pessoas foi enviado para fundar a Vila de São José do Macapá. A ideia era não só ocupar a terra, mas também levar os costumes portugueses a ela. Nos últimos anos, houve a chegada de portugueses no nordeste em 1981 e se dirigiram para a Bahia 130 (cento e trinta) açorianos natos. Muitos deles foram em direção ao sul do Brasil, mas atraíram-se pela casa dos açores, bem como outras instituições portuguesas da região (LEAL, 2007).

Estes fluxos migratórios no norte e nordeste do país, mesmo com sua importância não se comparam ao fluxo de migração para o sul do país, isto porque era principalmente no sul que os ataques espanhóis se davam com maior intensidade, sendo necessário ocupar não só alguns pontos, mas praticamente todo o litoral desta região (LEAL, 2007).

Em 1680 implantou-se, então, a Colônia Militar de Sacramento na margem oriental do Rio Uruguai, desafiando-se os espanhóis de Buenos Aires que eram ameaça constante às posses portuguesas. Em 1737, se estabeleceu uma Comandância Militar na foz da Lagoa dos Patos, região pouco povoada e que poderia ser ocupada mais intensamente (LEAL, 2007).

Leal (2007) explica que tendo a coroa que lidar com o problema da explosão demográfica dos Açores, povoar as terras do sul do Brasil era a resolução dos problemas.

Na região serrana do Espírito Santo, próxima à capital do estado, a cidade de Viana recebeu 53 (cinquenta e três) casais açorianos no ano 1812 e que foram enviados para a região para interiorizar o Espírito Santo (LEAL, 2007).

Em 1813 o Príncipe Regente D. João levou casais açorianos às capitânicas dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Assim, novamente foi oferecido a estes casais uma série de benefícios que nem sempre foram cumpridos (LEAL, 2007).

Esses números já citados demonstram, então, uma grande população migrante de açorianos no Brasil, como se verifica abaixo:

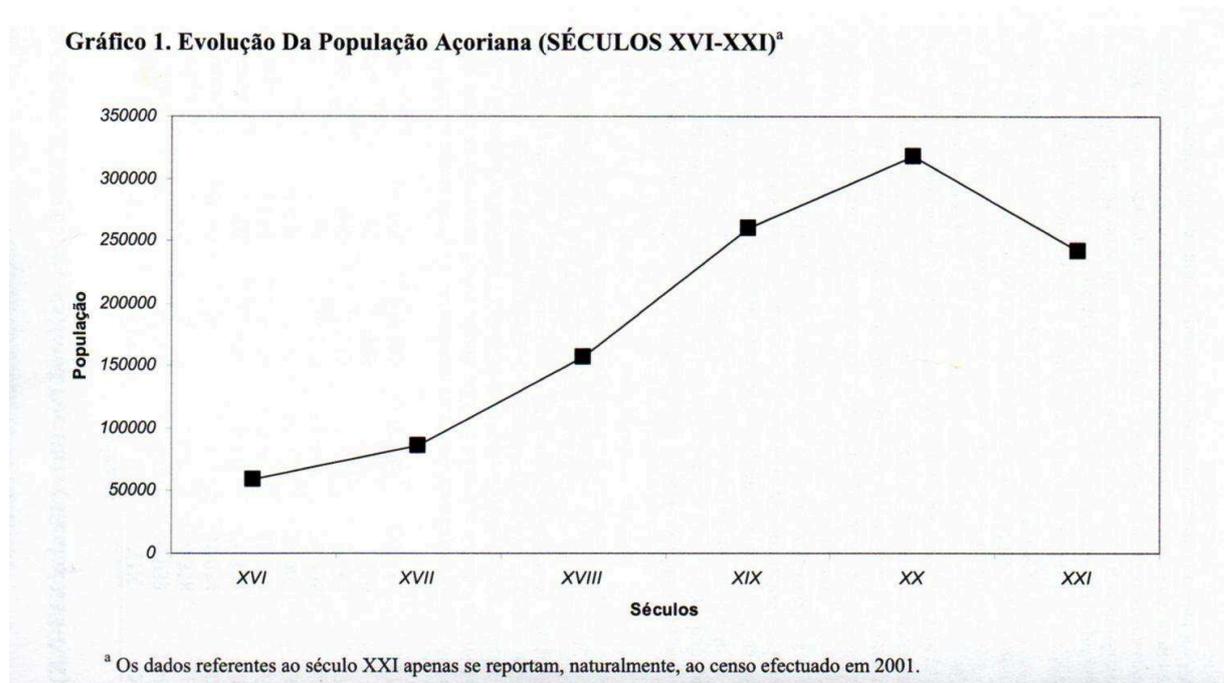
Cerca de 20% dos portugueses que vieram para o Brasil do século XVIII eram de origem açoriana e nos séculos seguintes prosseguiu a imigração. Na década de 1911 a 1920, emigraram para o Brasil, 2.740 açorianos. Na década de 1921 a 1930, foi de

3.401 o número de açorianos emigrados. E até hoje o povo açoriano continua atravessando o Atlântico para se estabelecer em terras tupiniquins, buscando fugir do isolamento ilhéu, da instabilidade geográfica e econômica, com o sonho de atingir melhores condições de vida, sem esquecer-se de suas famílias nas ilhas e de suas tradições, e sem deixar de procurar alento nas comunidades e clubes espalhados pelo país. Atualmente, vivem no Brasil mais de um milhão e 200 mil portugueses, boa parte constituída por açorianos e seus descendentes (COSTA, 2008, p. 122).

A emigração açoriana para o Brasil continua até os dias atuais com vários núcleos de cultura açoriana. Há casas dos Açores presentes, atualmente, nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, bem como Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essas casas procuram manter as tradições açorianas e fazer registros das festas de origem açoriana (LEAL, 2007).

Apresentados esses aspectos, apresenta-se, na sequência, uma figura que retrata a população açoriana durante os séculos XVI e XXI, como também aquela que demonstra a evolução populacional por ilhas nos séculos XVI-XX:

Figura 6 – Evolução da população açoriana durante os séculos XVI e XXI



Fonte: Costa (2008)

Figura 7 – Evolução populacional por ilhas nos séculos XVI e XX**Quadro 2. Evolução Populacional Por Ilhas (Séculos XVI–XX)^a**

Ilhas	Séculos				
	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX
S. Miguel	27 132	34 241	62 903	119 933	164 136
S. Maria	2 600	4 235	4 871	6 378	11 788
Terceira	21 560	21 078	29 117	45 034	60 608
Graciosa	2 708	6 656	5 447	8 321	9 522
S. Jorge	2 676	6 716	9 345	18 272	16 400
Faial	4 048	13 287	12 027	24 963	23 944
Pico	3 508	10 259	15 444	26 396	22 336
Flores	632	3 235	3 190	9 687	7 812
Corvo	80	478	551	850	731
Total	64 944	100 185	142 895	259 834	317 277

Fonte: Costa (2008)

Além dessas figuras, cita-se, ainda, outra que retrata a contribuição açoriana para o povoamento de Nossa Senhora das Necessidades:

Figura 8 – Comparação da população de procedência açoriana entre quatro freguesias de Santa Catarina

TABELA 14
Comparação da população de procedência açoriana entre quatro freguesias de Santa Catarina

Ribeirão*		Lagoa**		Enseada***		Santo Antônio****	
Terceira	60,6%	Terceira	49,24%	Faial	34,27%	Terceira	34,2%
São Jorge	16,8%	São Jorge	25,19%	São Jorge	20,39%	Graciosa	18,7%
Faial	7,5%	Graciosa	9,23%	Pico	18,05%	São Jorge	15,9%
Pico	5,6%	Pico	7,79%	Terceira	13,39%	Pico	12,2%
Flores, Santa Maria, São Miguel e Graciosa	8,8%	Faial	6,03%	Graciosa	8,5%	Faial	11,0%
		São Miguel	2,44%	São Miguel	3,85%	São Miguel	6,5%
		Santa Maria	0,08%	Santa Maria	1,22%	Flores	0,4%
						Santa Maria	0,1%
						Corvo	0,08%
						Açores	0,4%
				No mar vindo dos Açores		0,08%	

Fonte: Ferreira (2006)

Sendo assim, dar-se-á ênfase, nesse trabalho, às influências açorianas na cultura do sul do Brasil, nas festas e costumes e no âmbito do trabalho. Dentre as principais festas,

destaca-se a festa do divino, a Farra-do-boi e boi-de-mamão, os dois com a mesma origem tradicional, como também as cantorias típicas. No âmbito do trabalho, cita-se a tradição baleeira, bem como as tecnologias necessárias para o seu desenvolvimento.

2.2 SANTA CATARINA

Graças à posição estratégica de Santa Catarina, na viagem ao Rio da Prata e ao Estreito de Magalhães, como ponto de reabastecimento para navios, houve a necessidade de povoar e defender a região de possíveis ataques.

O espaço foi ocupado, primeiramente, pelos bandeirantes que fundaram em 1658 Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco. Em 1673, Dias Velho fundou a comunidade de Nossa Senhora do Desterro; e, em 1676 fundou-se Santo Antonio dos Anjos da Laguna. Mas, somente a partir de 1748 o engenheiro militar José da Silva Paes, primeiro governador da Capitania de Santa Catarina, resolveu em 7 de março de 1739 instalar a Capital que ficou sendo a Ilha de Santa Catarina e também fortificar o Litoral da Capitania. Silva Paes insistiu com o Governo do Reino para que mandassem pessoas para ocupar a terra. Assim, após ouvir o Conselho Ultramarino o Rei D. João V assinou a autorização para que fossem enviados casais das Ilhas para povoar o Litoral sul brasileiro, tal como se observa abaixo:

No dia 9 de agosto de 1747, depois de ouvido o Conselho Ultramarino, o rei D. João V assinou a autorização para que as famílias dos Açores fossem transferidas para as partes do Brasil em que fossem mais necessárias, tendo em vista principalmente a Ilha de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Anunciou também uma série de atrativos para os açorianos como: transporte, concessão de terras, ajuda de custo em dinheiro, ferramentas e gêneros alimentícios. O resultado foi que em menos de um ano, 7.817 pessoas declararam o desejo de se transferirem para o outro lado do Atlântico. Contudo, para se estabelecer no Brasil era necessário cumprir certas exigências como ser católico, estar em idade reprodutiva e/ou acompanhado da família, ter menos de 60 anos, e o principal, ser casado. Os casais iam juntos para o mundo novo, garantindo assim a perpetuação da família e mais rápida adaptação ao Brasil (BARROSO, 2002).

No dia 21 de outubro de 1747, parte do Porto de Angra, na ilha terceira, as pessoas que povoariam as terras do litoral catarinense e gaúcho, trariam sua cultura, conhecimentos e costumes. Tais pessoas chegaram a bordo das galerias “Jesus, Maria José” e “Sant’Ana e Senhor do Bonfim” no dia 6 de janeiro de 1748, dia de Reis. Ficaram assentados na região da Trindade e nas margens das baías Norte e Sul.

Ao fim do período entre 1748 e até 1753 chegaram também ao litoral catarinense, aproximadamente, seis mil pessoas. Estas pessoas foram então alocadas em Nossa Senhora da

Conceição, Freguesia da Nossa Senhora das Necessidades (atual Santo Antonio de Lisboa) e Nossa Senhora do Desterro, situadas na Ilha de Santa Catarina. Outros indivíduos, porém, ficaram em Nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito, São Jose da Terra Firme, São Miguel da Terra Firme, Sant'Ana e Santo Antonio dos Anjos da Laguna, na parte Continental.

Estes grupos acima citados trouxeram na bagagem um grande legado cultural que permanece vivo em todo litoral catarinense e no imaginário do povo. Uma grande lista de costumes pode ter sua origem traçada a partir do arquipélago, além de traços arquitetônicos e o tradicional engenho que aqui se mescla à cultura indígena para formar os conhecidos engenhos de farinha de mandioca. Ainda se têm os folguedos, a culinária, a música, o artesanato, o fantástico mundo bruxólico, isto é, um universo de superstições e a própria linguagem que ainda se mantém no vocabulário e no jeito rápido de falar.

Estes colonizadores que aportaram em Santa Catarina passaram a trabalhar, então, com a agricultura e pescaria e tinham por principal finalidade cultivar as terras. Porém, pode-se destacar dentre as atividades por eles exercidas, que tinham costumes bastante peculiares, pois contavam estórias e lendas, faziam rendas e redes de pesca, como também bordados. Além disso, dá-se ênfase ao fato de que cultivavam ervas medicinais e comemoravam a festa do Divino que será analisada no item seguinte dessa pesquisa.

Apesar do acima mencionado, tais colonizadores, logo após sua chegada em Santa Catarina, passaram por determinadas dificuldades, porque, à época, havia muitas terras livres, como também despovoadas. Por isso, tiveram de aprender o que plantar em tais terras e, ainda, qual a melhor forma de fazê-las render para as suas subsistências.

Cita-se, assim, que várias das atividades desenvolvidas naquele momento histórico foram se aperfeiçoando e podem ser vistas até os dias atuais.

3 DA CULTURA TRAZIDA DOS AÇORES

3.1 A FESTA DO ESPÍRITO SANTO

A versão mais difundida sobre a origem da festa do Espírito Santo diz que a festa originou-se na promessa da Rainha Santa Isabel para que o Rei D. Dinis se reconciliasse com o filho D. Afonso. Se a graça fosse alcançada, a Rainha realizaria, pois, uma grande festa em prol dos pobres e celebrando o Divino Espírito Santo, pois seria desejo de D. Dinis que o trono passasse, após sua morte, ao seu filho bastardo D. Afonso Sanches. A rainha teria suplicado ao Divino pelo fim da contenda e, com a graça alcançada, teria evitado uma guerra pela sucessão do trono Português e que ficaria conhecido como a “Peleja de Alvalade”.

A festa do divino tem origem em Portugal continental por conta da promessa feita pela Rainha D. Isabel, canonizada pela igreja católica. Porém, mesmo com esta raiz continental, a festa tem maior força cultural nas ilhas dos Açores. No Brasil, predomina nas terras de Santa Catarina e Rio grande do Sul, onde a imigração açoriana é mais representativa. Ainda no Estado de São Paulo tem-se a festa do divino realizada pela Casa dos Açores de São Paulo, com forte raiz açoriana advinda da migração. Entretanto, destaca-se a presença dessa referida festa também no Maranhão, Amapá, Bahia, Minas Gerais e Goiás, quase todas por influência dos açorianos.

É na Festa do Divino que se observam outros marcos culturais vindos dos Açores, tais como folguedos tradicionais como a cantoria do Divino, um grupo formado por um conjunto de cordas e tambor que cantam as boas vindas às festas e as novenas. Verificam-se, ainda, as massas que são pagas às promessas feitas no ano anterior. A festa é realizada em 14 (quatorze) comunidades de Florianópolis, além de outros municípios do Estado. Embora existam diferenças na forma como se realizam tais festas nestes diversos municípios e localidades, o seu cerne consiste numa mensagem nuclear e uma única finalidade, qual seja, enaltecer a terceira pessoa da Santíssima Trindade.

A Festa se dá em Florianópolis, entre os meses de maio e setembro, iniciando seu ciclo no domingo de pentecostes, ou seja, cinquenta dias após a Páscoa, data que a Igreja celebra a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos. Há uma simbologia em torno de cada ato e personagem da festa: corte, coroação, procissão, séquito, festeiros, promessas, massas, os pães do Espírito Santo, folguedos, cantorias, foliões e fogos. Há, inclusive, um ritual folclórico misto entre sagrado e profano.

Figura 9 – Festa do Divino Espírito Santo em Florianópolis (1)



Fonte: Pacheco (2006)

Figura 10 – Festa do Divino Espírito Santo em Florianópolis (2)



Fonte: Pacheco (2006)

As Festas seguem o calendário Litúrgico, tendo certa autonomia graças às Irmandades. Nas localidades onde não há a presença destas irmandades, a ação dos padres e párocos estrutura a festa.

No período que antecede essa respectiva festa, a bandeira percorre a comunidade visitando as casas dos devotos que têm por costume realizar pequenas doações. Existe uma crença popular de que isto salvaguarda os que na casa residem. Também neste período são realizadas novenas. Na comunidade da Cachoeira do Rio Tavares estas são realizadas nas casas dos juízes, casais que se dispõem a ajudar o casal Festeiro na organização da festa e também se realizam novenas na casa do casal festeiro. Nas novenas, há a presença da bandeira

e da cantoria. Além disso, ocorre o leilão das massas que são presentes dos devotos para o pagamento de promessas realizadas no ano anterior. Estas massas são de inúmeras formas e tamanhos e representam a graça alcançada.

Em Florianópolis é costume que a festa comece na sexta e siga até domingo. O cortejo imperial chega recepcionado por um “foguetório”, fogos de artifício que além de símbolo de alegria dos devotos representam o fogo divino em pentecostes. O casal imperial e a corte são buscados na casa do casal imperial e seguem todos em cortejo até a igreja, onde se acompanha a missa. A corte segue de forma solene pela rua acompanhada de banda e em frente vão as bandeiras, denominação dada não só as bandeiras em si, como também às moças que as carregam. Não incomum o cortejo é parado por conta de devotos que desejam beijar as bandeiras do divino ou amarrar nelas as fitas, outra forma de se pagar promessas alcançadas.

Figura 11 – Igreja em Florianópolis



Fonte: Pacheco (2006)

Figura 12 – Igreja Nossa Senhora do Rosário – Ilha de São Miguel



Fonte: Pacheco (2006)

Na igreja, coroa e cetro são depositados no altar. O casal de festeiros deve guardá-los antes e durante o período da festa. O ritual de saída dos símbolos corte e cortejo da casa do casal imperial repete-se nas noites de sexta e sábado e na manhã de domingo quando, por fim, coroa-se o Imperador e a Imperatriz que são empossados de seu cetro. Tal coroação deve ser realizada na manhã de pentecostes, mas por conta do calendário de festas, dá-se em datas distintas em cada comunidade.

A missa de coroação tem um ar sacro e é o ponto culminante da festa pelo qual todos esperaram. É, por isso, o cerne de uma festa de forte cunho familiar e comunitário. A emoção é visível nos olhos dos fieis e há uma grande comoção por parte de todos os envolvidos.

A bandeira, coroa, cetro encimado por uma pomba e a salva são os grandes símbolos da festa. Estes são os símbolos presentes em todas as festas do divino e são eles que identificam, como toda cultura viva, nuances de cada comunidade.

Leia Pereira da Silva Nunes, em seu livro *Caminhos do Divino: Um olhar sobre a festa do Espírito Santo em Santa Catarina* apresenta algumas destas diferenças: associação de cerimônias e rituais com as comemorações da festa do Orago, Designação usual e forma de escolha do Imperador da Festa, Organização e Formação da corte imperial, Cerimônias Religiosas, promessas e Pãezinhos do Divino, Recurso Financeiros e Renda da Festa e Festejos Populares.

Mas, acima de todas estas diferenças, reina a bandeira que não se altera e pode ser

reconhecida por qualquer devoto - vermelha centrada pela pomba, símbolo sacro e popular do Divino Espírito Santo, Terceira pessoa da Trindade. Essa bandeira encontra-se em todas as paróquias e visita as casas da comunidade, recebe os donativos, acompanha em geral um grupo de cantores prontos a cantarolar as quadras do divino e é muitas vezes dedicada e modificada para homenagear os residentes da casa que recebe o símbolo máximo da Festa. Com o passar dos anos, este costume deixou de existir em algumas comunidades e em outras passou a ser apenas uma pequena representação do seu passado.

No fim da festa, o ciclo recomeça com a escolha do casal de festeiros que presidirá a festa no ano seguinte. O nome desse casal varia dependendo da localidade e sua tradição oral, podendo ser chamado de juízes, casal imperial, mordomo, provedor ou primeiro casal. Há também variação com relação ao número de pessoas que fazem parte, embora, em sua maioria, as comunidades costumem chamar um casal para a responsabilidade da festa, sendo muitas vezes este casal sorteado por conta do número de outros casais que se apresenta para tomar o posto. Há, ainda, os que se manifestam para o cargo por conta do pagamento de uma promessa e, desde que aceitos pela comunidade, passam a ser considerados festeiros no ano seguinte. Outra forma é a aclamação e quando os festeiros atuais convidam os da próxima festa e apresentam os últimos à comunidade. As festas são, portanto, organizadas pelas irmandades e apresentam ainda mais uma forma de escolha, isto é, as listas tríplexes. Nesse caso, o nome de três casais é apresentado à irmandade e esta última elege um deles e os apresenta na missa de pentecostes.

Figura 13 – Procissão na Ilha Terceira



Fonte: Pacheco (2006)

Figura 14 – Tapetes com flores naturais na comunidade de Biscoitos, Ilha Terceira



Fonte: Pacheco (2006)

É dever dos festeiros organizar e preparar a festa e também formar a corte que varia em número, não seguindo quantidade pré-estabelecida. São chamados a participar do cortejo as “bandeiras” e a corte imperial, formada, em geral, por crianças e um casal que será coroado no domingo da festa. Em muitas festas há a figura das “capas” - casal que ajuda o casal imperial carregando suas capas -, todos vestidos com trajes que buscam representar um séquito imperial, mas que sofrem de anacronismos históricos irrelevantes dentro da representatividade.

A corte é uma tradição vinda da própria Rainha Isabel, mulher de Dom Dinis, Rei de Portugal entre 1279 a 1325 e que prometera coroar alguém do povo como imperador no dia de pentecostes, como pagamento de uma promessa. Em certas comunidades, há uma lista de espera para formar o cortejo, já que não existe um casal imperial, pois todos na comunidade se envolvem na festa e dividem suas responsabilidades. Onde não há esta divisão de responsabilidades é dever do casal prover a festa, muito embora haja, atualmente, a ajuda de órgãos governamentais, como em Florianópolis onde a festa é considerada patrimônio cultural.

As massas das promessas em muitas comunidades são leiloadas como forma de angariar fundos. Também é comum a distribuição de pãezinhos do divino, coisa comum tanto aqui quanto nas ilhas dos Açores. Alimentar-se tanto da massa como dos pães é uma forma de encher-se dos sete dons do Divino. Em Santa Catarina não existe mais o costume típico dos Açores de ofertar uma refeição à comunidade, embora em algumas festas ainda se realize um jantar que é oferecido pelo festeiro aos seus juízes.

Verifica-se, diante de todos os ensinamentos, que a festa consiste em uma formação coletiva tanto de parentes dos festeiros quanto da comunidade e não só dos juízes festeiros, pois os devotos convidados a participar e trabalhar consideram que não se pode negar um chamado do Divino.

A “Festa do Divino” cria, assim, um próprio universo de relação política dentro de si, havendo deveres e a necessidade de se agradar a comunidade desde a escolha das crianças do cortejo até a qualidade da festa em si. Há beleza nos trajés e para o observador mais arguto é impossível não perceber certo grau de competição com relação às pompas e circunstâncias entre uma festa e outra.

3.2 OS ENGENHOS DE FARINHA DE MANDIOCA

Na chegada dos açorianos, no ano de 1748, houve a tentativa no plantio do trigo e da cevada, produtos típicos das ilhas. No entanto, estes produtos não se adaptaram ao solo e clima catarinense. Logo, os açorianos recorreram aos alimentos da terra, motivo pelo qual a mandioca e seus subprodutos salvaram as necessidades destes colonos. Esses açorianos aprenderam com os indígenas o modo de utilizar tais alimentos, mas o método de produção indígena não rendia de forma suficiente, levando muito tempo para produzir uma pequena quantidade. Os açorianos então usaram uma tecnologia já conhecida nos Açores e usada para a moagem do trigo, qual seja, os moinhos de vento, motivo pelo qual os adaptaram ao formato

do engenho movido a boi de cangalha.

Figura 15 – Engenho movido a boi de cangalha



Fonte: Pacheco (2006)

Figura 16 – Utensílios e engrenagens utilizadas no Engenho movido a boi de cangalha



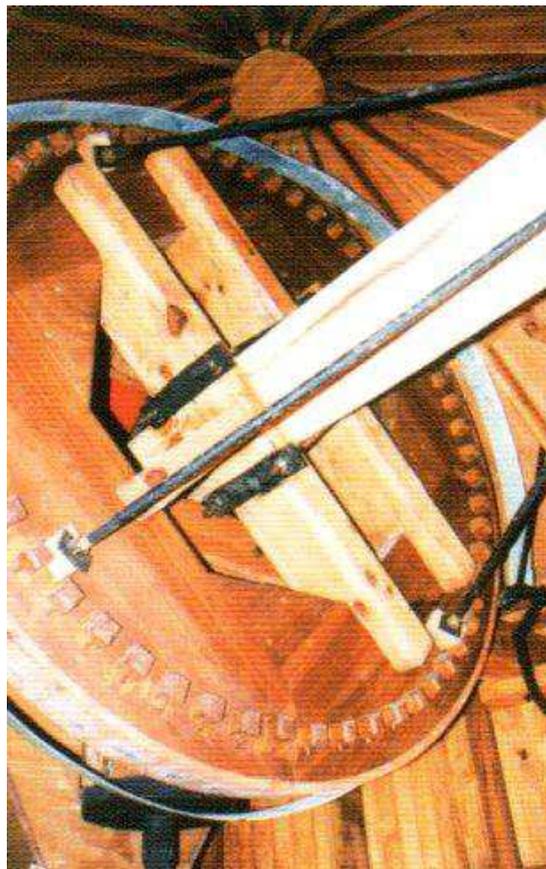
Fonte: Pacheco (2006)

Figura 17 – Moinho de vento na Ilha do Faial



Fonte: Pacheco (2006)

Figura 18– Engrenagem interna de moinho de vento na Ilha do Pico



Fonte: Pacheco (2006)

O método adotado pelos imigrantes foi capaz de produzir excedente e tornou a região de Florianópolis uma exportadora de farinha para outras regiões do Brasil.

O inverno era a época da farinhada, evento que reunia a comunidade na produção da farinha, atividade acompanhada de cantorias e festas. O processo começa com o cangar dos bois para ir à roça buscar a mandioca. As raízes são trazidas para o engenho onde se raspa a casca (capote) para que fique somente a raiz nua. Esta parte é feita por grupos da comunidade. Por isso, participam homens, mulheres e crianças. Após ser raspada, a raiz é lavada e, então, ralada no sevidor para que se crie uma massa. Este serviço, geralmente, é feito pelo próprio dono do engenho. A massa criada a partir da sova é colocada para secar nas prensas e fica ali até atingir o ponto de ir para o forno, o que se dá no dia seguinte. Já a massa seca é peneirada e levada ao forno para formar a farinha que, por sua vez, será posta no paiol para ser vendida.

No mesmo processo, outros alimentos são retirados a partir da farinha, sendo o mais conhecido o Beiju ou Biju, uma bolacha seca de farinha por vezes acrescida de açúcar ou sal.

Destaca-se, diante desses apontamentos ora apresentados, que a farinha de mandioca é um produto produzido em todo o Brasil. Porém, em Santa Catarina é mais fina ou também chamada de polvilhada. Esse modo de se fazer a farinha nesse respectivo Estado trata-se, assim, de mais uma contribuição oriunda dos açorianos.

Uma forma comum no consumo de mandioca pode ser constatada com o pirão e que pode ser feito a partir do caldo de feijão, caldo de peixe (também conhecido como pirão Catarina) ou, até mesmo, feito apenas com farinha e água (pirão de água).

No auge da produção, a ilha contava com cerca de 300 (trezentos) engenhos, número que decaiu para, aproximadamente, 20 (vinte) no final do século passado. Atualmente, a maioria destes engenhos encontra-se desativado e são mantidos apenas como objetos de memória pelas famílias.

É do encontro entre estas duas culturas - a indígena e a açoriana - que se provoca o pensamento de até que ponto essa cultura é açoriana ou indígena. Portanto, é neste amalgama cultural que se começa a refletir o que é ser açoriano, de onde vem esta identidade cultural e qual a sua validade.⁸

⁸ O conteúdo descrito no decorrer desse item baseia-se em experiências vivenciadas pelo acadêmico que participava da prática da colheita e “fazedura” (termo típico do convívio ilhéu) da farinha de mandioca, na comunidade da Tapera da Barra do Sul, localizada no extremo sul da Ilha de Santa Catarina, bem como na obra Leal (2007).

4 DA AÇORIANIDADE

4.1 OS ESTUDOS E A DESCOBERTA DA AÇORIANIDADE

Até década de 90, a população chamada de nativa não costumava se identificar como açoriana, mas em seus hábitos e costumes já se constatava a cultura açoriana que, aliás, foi observada dentre os pesquisadores, a exemplo de Franklin Cascaes, que apontavam essa filiação. Nos primeiros anos do século XXI pode-se verificar uma maior aproximação do povo com sua raiz cultural, fruto de uma dinâmica globalização e maior acesso desta população à informação sobre a origem de seus ancestrais e história formal da colonização do litoral catarinense. Há de se observar também nesta busca pelas raízes, a discussão da Farrado-Boi que buscava legitimidade no vínculo cultural com os Açores e que até hoje mantém a sua tradicional “Tourada à corda” - a cultura da tauromaquia.

Figura 19 – Tourada à corda: homens da corda



Fonte: Retratos da Ilha Terceira (2010)

Durante muito tempo, a memória desta colonização seria legada à amnésia do povo ou vergonha do fracasso em tratar a terra, como coloca o antropólogo português João Leal.

“De facto, a colonização açoriana do estado de Santa Catarina foi durante muito tempo um evento ao qual se atribuía localmente pouca ou nenhuma importância”. Ao nível *folk*, predominava a amnésia. Quando muito, havia uma vaga memória de que, em gerações muito recuadas, “antepassados” teriam vindo “do outro lado do mar”. Mas a ideia de autoctonia era largamente predominante e as pessoas viam-se basicamente como brasileiras da terra.

No nível das elites predominava também a amnésia. Como esclareceu Piazza (2000 *apud* LEAL, 2007)⁹ – uma das figuras centrais nesse processo de redescoberta das raízes açorianas de Santa Catarina – a propósito de elite de Florianópolis, destaca-se que: “aqui (dantes) ninguém se preocup(ava) com as origens [...] só duas ou três pessoas sabiam as suas origens. [...]. Pode parecer meio ofensivo, mas a comunidade catarinense não conhecia as suas raízes”.

A par da amnésia tinha-se também desenvolvido – sobretudo a partir das vagas migratórias alemãs e italianas do século XIX e XX – uma memória negativa da colonização açoriana. Os colonizadores, contrariamente ao que sucederia com os colonos alemães e italianos, teriam fracassado nas tentativas de aproveitamento agrícola do território, vendo-se, por isso, compelidos à atividade piscatória, menos exigente. Eles seriam, nessa medida, responsáveis pelo subdesenvolvimento econômico do Estado de Santa Catarina e, por oposição à capacidade de trabalho dos imigrantes alemães e italianos, eram vistos como estruturalmente preguiçosos e supersticiosos (LEAL, 2007).

⁹ Entrevista concedida pelo Professor Válder Piazza a João Leal.

Figura 20 – Embarcações em Florianópolis



Fonte: Pacheco (2006)

Figura 21 – Embarcações em Ilha do Pico/Vila do Porto



Fonte: Pacheco (2006)

A primeira tentativa de resgate seriam as discussões no ano de 1948, quando ocorreu o 1º Congresso Catarinense de História, 200 (duzentos) anos após a chegada dos imigrantes, isto é, em 6 de janeiro de 1748. Era, então, mais uma parte das comemorações da chegada destes imigrantes. O Congresso aconteceu entre os dias 4 e 12 de outubro, mas a maior parte das atas perdeu-se em incêndio ocorrido no prédio da imprensa oficial.

Houve a partir deste Congresso acima citado uma reativação da memória catarinense,

motivo pelo qual a chegada dos açorianos passa a ser fato fundador do Estado e motivo de orgulho ser descendente do povo humilde, mas honesto e trabalhador.

A gente da ilha e das imediações toma um novo espírito, mas assim como as sementes que os açorianos deitaram em suas terras, a ligação com os Açores também demora a se dar nas mentes dos populares. Mesmo a cultura tendo uma forte ligação com a cultura açoriana, o conhecimento desta origem ainda não estava enraizado na população de modo geral. Este processo de redescoberta afloraria apenas no fim do século.

Os primeiros passos pós-congresso foram dados na Comissão Catarinense de Folclore, tendo como secretário geral o senhor Oswaldo Cabral e como subsecretário Almiro Caldeira. Destaca-se a publicação do *Boletim da Comissão Catarinense de Folclore*, ocorrido no período de 1948 a 1964.

Esta data de 1964 é marcada também por um abrandamento no discurso da origem açoriana, sobretudo pelo início das atividades da Universidade Federal de Santa Catarina que passa a dominar as ações dos intelectuais envolvidos na “causa açoriana”, como exemplo o professor Válder Piazza. Mas, esse movimento abre o campo para a redescoberta dos Açorianos. As vias entre os estudos açorianos realizados nestas terras e além-mar são viáveis graças aos estudos iniciados no congresso de 1948.

É na década de 1970 que se retomam os trabalhos na área. Como figura destaque vê-se Franklin Cascaes que em 1979 acompanhando do Professor Nereu do Vale Pereira viaja aos Açores a fim de iniciar as relações com os intelectuais açorianos. No ano de 1971 funda, no Ribeirão da Ilha, o professor Nereu do Vale Pereira o Ecomuseu do Ribeirão da Ilha. Destaca-se também a criação no ano 1978 da Casa dos Açores-Museu Etnográfico, em São Miguel, Município de Biguaçu (LEAL, 2007).

No ano de 1984, 1987 e 1989 são realizadas as Semanas de História Açoriana, tendo a última, lugar na Universidade dos Açores, em Ponta Delgada. Em 1984 cria-se o NEA - Núcleo de Estudos Açorianos, que terá lugar na Universidade Federal de Santa Catarina, mas cujas atividades só terão maior vigor a partir do ano de 1993. No ano de 1989, ocorre a III Semana de História Açoriana, onde firma-se o acordo entre as universidades, o que permite um maior contato entre os estudos realizados nos Açores e no Brasil. No mesmo ano é fundado nos Açores o GEACA - Gabinete de Apoio à Emigração e às Comunidades Açorianas e que cria um movimento mais favorável do Governo dos Açores, isto é, favorável aos emigrantes da diáspora açoriana.

Desde a década de 1940, Franklin Cascaes andou pelo interior da ilha “recolhendo” o que sobrou da cultura açoriana e passa a ser grande referência artística e cultural

catarinense. Este despontar de Cascaes ajuda a tirar a açorianidade de seu círculo elitista e intelectual para as ruas de Florianópolis. Mesmo após sua morte em 1983, os trabalhos de Cascaes continuaram fazendo parte do imaginário popular, recebendo destaque com a Fundação Franklin Cascaes. Cascaes foi, portanto, marco fundamental para a geração de ativistas da açorianidade que começava a surgir, razão pela qual sua história será relatada brevemente no subtítulo a seguir.

4.1.1 Franklin Cascaes

Franklin Joaquim Cascaes, nascido em 16 de outubro de 1908 na Praia do Itaguaçu, no Continente de Florianópolis/SC foi o filho mais velho de 12 (doze) irmãos e, desde muito novo, aprendeu a realizar atividades para auxiliar no sustento de sua família. Por isso, lidava com engenhos de açúcar e farinha de mandioca que existiam em sua propriedade e realizava também atividades com balaios, cordas de cipó, remos, tarrafas, dentre outros.

Além disso, gostava de rabiscar desenhos utilizando-se do carvão, como também moldar bonecos que imitavam imagens dos altares, bem como miniaturas de animais de cerâmica feitos em olarias.

Seu talento foi então descoberto pelo professor Cid da Rocha Amaral durante a década de 20 e quando a Praia onde Franklin nasceu ganhou várias esculturas que retratavam a Via Sacra. Nessa época, Franklin Cascaes tinha, aproximadamente, 20 anos de idade e apesar de nunca ter frequentado algum curso e, conseqüentemente, nunca ter entrado em uma sala de aula, resolveu iniciar seus estudos.

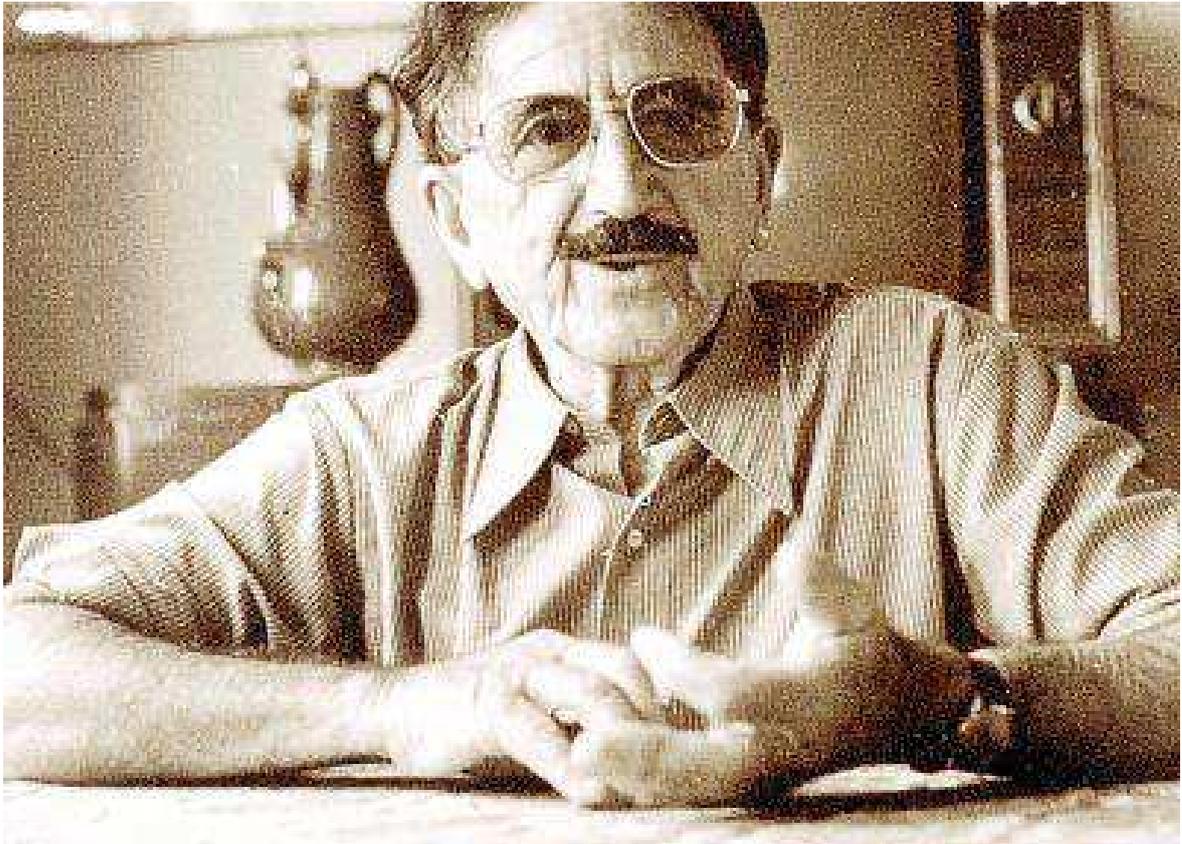
Na década de 40 passou a buscar pela novidade e modernidade presente em outros municípios e durante longo período pesquisou sobre assuntos que estavam ligados ao homem do litoral catarinense e comunidades pesqueiras. Por isso, montou um trabalho praticamente arqueológico e passou a preservar, de certa forma, a cultura açoriana.

Suas pesquisas acabaram por gerar mais de 42 (quarenta e dois) trabalhos temáticos e que eram formados por esculturas, figuras, ferramentas e utensílios e também por maquetes que retratavam engenhos de mandioca, rancho de pescadores, dentre outros.

Franklin tinha por principal finalidade registrar costumes, crenças e outras tradições características e populares relativas à vida dos colonos que habitavam a Ilha de Santa Catarina. Portanto, o acervo por ele deixado encontra-se, atualmente, no Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, e em uma coleção que levou o nome de sua esposa – Professora Elizabeth Pavan Cascaes.

Franklin Cascaes faleceu em 15 de março de 1983, mas deixou inúmeras contribuições para o resgate, como também para a preservação da identidade cultural do município de Florianópolis, motivo pelo qual pode ser considerado, ainda nos dias de hoje, como artista, pesquisador, ecologista e folclorista que dedicou grande parte de sua vida para o estudo de tradições, de lendas, usos e costumes dos moradores da Ilha de Santa Catarina.

Figura 22 – Franklin Cascaes



Fonte: Museu do Brinquedo da Ilha de Santa Catarina (2011)

Sendo assim, verifica-se que Franklin Cascaes pode ser definido como um dos principais estudiosos da cultura florianopolitana.¹⁰

4.2 A DÉCADA DE 90

É a partir de 1993 que o Núcleo de Estudos Açorianos - NEA começa a reforçar suas atividades e passa a expandir o movimento açorianista para além da Ilha de Santa Catarina,

¹⁰ O conteúdo descrito no decorrer desse item baseia-se em informações colhidas no *site* da Prefeitura Municipal de Florianópolis, Fundação Franklin Cascaes (2016).

buscando interligar os vários pontos do litoral catarinense onde haviam se reunido os imigrantes açorianos, inclusive mapeando as áreas de colonização.

Também o Núcleo de Estudos Açorianos - NEA promoveu ações no âmbito cultural, sendo a de maior visibilidade o “Açor”, inspirada nas festas culturais como Oktoberfest e Marejada, com diferencial por ser uma festa itinerante, sendo realizada em data e local diferente e de organização do município. A parte central da festa são as apresentações de grupo de danças folclóricas e de folguedos.

Outra ação é a entrega do Troféu Açorianidade criado em 1996, pois o que se verifica é que “a criação do protótipo do Troféu Açorianidade foi feita através de concurso público realizado em 1996, aberto a todo Estado de Santa Catarina sendo vencedor o Artista Plástico João Aurino Dias “o Dão”. Nesta obra, vê-se a presença da religiosidade através da Bandeira e Pomba do Divino Espírito Santo. Nota-se, ainda, a presença de um bote baleeiro, embarcações trazidas pelos açorianos e no verso deste troféu têm-se o registro de movimentos da dança folclórica açoriana.

Todos os anos são entregues 10 troféus com os seguintes nomes e quesitos:

Troféu Ilha de São Miguel – homenageia a instituição de ensino superior ou cultural de Santa Catarina;

Troféu Ilha Terceira – homenageia um grupo folclórico;

Troféu Ilha do Faial – homenageia uma administração municipal;

Troféu Ilha do Pico – homenageia um mestre dos saberes e fazeres;

Troféu Ilha de São Jorge – homenageia uma personalidade;

Troféu Ilha Graciosa – homenageia um pesquisador;

Troféu Ilha das Flores – homenageia um artista plástico;

Troféu Ilha de Santa Maria – homenageia uma empresa/patrocínio ou um veículo de comunicação;

Troféu Ilha do Corvo – homenageia um artesão; e,

Troféu Ilha de Santa Catarina – homenageia uma escola do ensino fundamental ou médio.

Os nomes destes troféus fazem menção às nove ilhas do Arquipélago Açoriano. A Ilha de Santa Catarina empresta o nome ao décimo troféu que se considera a décima Ilha do arquipélago Açoriano.

O município sede da Festa Anual da Cultura Açoriana de Santa Catarina recebe o **Troféu Açorianidade/AÇOR** sem concorrer às indicações e votações. Esta foi a forma que o Conselho Deliberativo do Núcleo de Estudos Açorianos encontrou de homenagear e

agradecer a cidade sede desta Festa.

Neste mesmo movimento surgem os grupos de dança açoriana, com destaque para:

a) o Mixtura, de Bombinhas;

b) a Casa da Dindinha, em Ribeirão Pequeno, Laguna;

c) o Açor Sul, da cidade de Sombrio no sul do Estado de Santa Catarina;

d) o Rancho Açoriano de Criciúma;

e) o grupo Cidade, de Florianópolis e já extinto;

f) e, mais recentemente, o Balho e Tocata Raízes Açorianas de Florianópolis que é o grupo representante também da Casa dos Açores de Santa Catarina.

Os grupos acima citados mantêm o trabalho de pesquisa das danças açorianas em suas comunidades, além de buscarem a manutenção da cultura local.

O Núcleo de Estudos Açorianos - NEA expandiu suas atividades a ponto de reintroduzir a festa do divino no município de Itajaí.

Nos municípios em que foi rastreada a cultura açoriana, pode-se encontrar Também o boi-de-mamão que se mantém através dos grupos folclóricos, além de grupos de terno de reis. A exemplo, também se cita a escola de oleiros no município de São José e os grupos de estudos da cultura em vários destes municípios.

Na ilha de Santa Catarina, vê-se a utilização de vários nomes de estabelecimentos em que se faz referência ao Açores, o que demonstra o quanto esta expansão do conhecimento sobre a origem se espalhou e enraizou na cultura popular de Florianópolis nos últimos anos.

Esta relação com a raiz açoriana e com a busca de uma identidade para uma cidade crescia recebendo cada vez mais emigrantes de diversas partes do país. Estes emigrantes, na maioria das vezes, possuíam uma cultura regional muito forte e que os definia como tendo uma origem, enquanto a população de Florianópolis e do litoral catarinense não possuía uma cultura com a qual poderia buscar identidade. Esta busca por identidade conduz aos Açores e às semelhanças com as ilhas, assim como singularidades em relação às mesmas. Já que são distintas as geografias, produtos das terras que se mesclam, a forma de trabalho do açoriano, como se verificou ao tratar dos engenhos de mandioca, afirma-se que há uma união entre a mandioca e a tecnologia agrária do engenho típico açoriano.

4.3 O MERCADO DA CULTURA

Ao analisar o mercado da cultura, verifica-se que esse mantém direta relação com o mercado turístico e político, pois se monta uma estrutura que pretende demonstrar esta

identidade, com exibição dos grupos de danças e festas, mesmo as de cunho religioso, sendo organizadas em datas distintas para dinamizar o fluxo de pessoas.

O espetáculo da cultura açoriana não se dá apenas no âmbito do que de fato é cultura açoriana, mas também na teatralização desta cultura, nos enredos de escola de samba, como o usado pela GRES Consulado em 2012:

Um colar brilha no meio do oceano
 Nove pérolas a flutuar
 Cenário de belezas e encantos
 Açores, a ambição no homem fez brotar
 De Portugal a colonização, o berço da miscigenação
 Mistérios habitam o fundo do mar
 Segredos de Atlântida
 Ninguém será capaz de desvendar
 Meu Deus será que a minha Ilha
 Veio de lá, meu Deus será?
 Num sonho louco navegou na imensidão azul
 Cruzou os mares, do Atlântico Sul
 Pelas águas, pelo chão eu vou
 Dos Açores a Floripa e ao Maranhão
 Voa, voa pelo céu Açor
 Leva teu canto ao som do meu tambor
 Ilha de rara beleza
 “Pedaço de terra perdido no mar”
 Tem magia, temíveis bruxarias
 “Terno de Reis, Rendeiras, Poemas ao Luar.
 Lavar, a alma nas águas do Atlântico
 Unir culturas e encantos, trazidos de além-mar
 Sobrevoar do velho ao novo mundo aportar
 Nessa viagem vamos embarcar
 Açoriano é ser do ma
 Vermelho e branco é tua Bandeira
 És a primeira, em meu coração
 É muito mais que paixão, jamais vou te esquecer
 Oh! Consulado, eu amo você.

Assim, as festas passam a ser uma representatividade da cultura açoriana, explorada em prol de um turismo cultural que nem sempre se reflete no apoio por parte do Poder Público para a manutenção dos grupos folclóricos, que apesar de contarem com o apoio da Fundação Franklin Cascaes, no caso de Florianópolis, são mantidos pelos próprios integrantes dos grupos.

Santa Catarina já é em si um grande atrativo turístico para o Cone Sul e, principalmente, por seus atrativos naturais, mas criou-se no Estado um ciclo de festas culturais que se mostraram no decorrer dos anos como mais um grande atrativo turístico. Este novo tipo de turismo é atrativo para o comércio que cria outra miríade de festas “típicas”. No âmbito da cultura açoriana vê-se o açor que guarda ainda o fato de ser itinerante e, por conta disto, não ter tão forte enfoque para o turismo. Em contrapartida, observa-se a Marejada, festa

realizada no município de Itajaí que, com o passar dos anos foi ganhando um maior enfoque na açorianidade. Em Florianópolis, teve-se, ainda, o Encontro das Nações que usou de um enfoque pluricultural como atrativo turístico, mostrando as várias culturas presentes no Estado, mas ainda assim reafirmando o lugar da cultura açoriana.

O Núcleo de Estudos Açorianos - NEA não se colocou como agente passivo no processo, mas usou da ideia para reforçar a presença açoriana, inclusive propondo um circuito turístico cultural no litoral catarinense. Os municípios também se colocam a favor deste processo e enaltecem sua condição por intermédio de museus ao ar livre da saga açoriana e também no comércio de artesanatos produzidos como sendo tipicamente produtos da cultura açoriana. Por fim, há a *marketização* dos “Açores” que pode ser visto diariamente nas ruas de Florianópolis e outros municípios da região, em nomes de mercados, padarias, condomínios etc.

4.4 IDENTIDADE ÉTNICA

No Brasil é comum se ouvir dizer que não há verdadeira identidade, pelo fato de não se ter uma nação pura, mas sim uma mescla de nações e identidades.

Seyferth (1990) em seu estudo intitulado “Identidade Nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil”, aponta que nas primeiras décadas da república, diferentes grupos de imigrantes estabelecidos no Brasil construíram identidades coletivas, ancoradas em critérios de pertencimento étnicos/nacional, que contrariam os cânones de um nacionalismo brasileiro avesso a quaisquer formas de pluralismo (inclusive cultural) no interior do estado nação.

Essa dificuldade de se perceber uma identidade nacional é verificada desde os tempos coloniais, onde se tentou criar uma identidade através do *jus soli*.

Weber (1991), já falava das dificuldades de se estabelecer os termos “etnias, comunidades étnicas e nações”.

Hobsbawn (1984), também sugeriu a aproximação entre as concepções entre nacionalidades e etnicidades.¹¹

Já o discurso brasileiro assimila os termos de miscigenação e da assimilação como mecanismos de formação da nacionalidade.

Durante a segunda metade do século XVIII açorianos se estabeleceram nos litorais

¹¹ A partir desses três autores mencionados, o acadêmico passa a desenvolver uma análise acerca da ideia de etnia.

ao norte e sul da colônia e pouco antes da Independência, entre os anos de 1818 com as colônias alemãs nas regiões de Bahia e Pernambuco com duração efêmera; e, em 1819 com os Suíços que acabaram por fundar Nova Friburgo (RJ), mas que retornaram ao seu país por dificuldades na produção agrícola, sendo atribuída a inadequação dos europeus ao clima da região, mas sem tocar no fato da falta de estrutura dada aos mesmos para que pudessem se estabelecer na colônia.

Discutir uma identidade étnica dentro deste cenário nacional, com diversos grupos migratórios, bem como discutir uma identidade nacional plural é o que se pretende tratar neste tópico. Antes disso, porém, é preciso estabelecer o que são estes termos e qual seria então a diferença entre etnia e nacionalidade.

Pode-se então definir etnia como coletividade de indivíduos que se diferencia por sua especificidade sociocultural, compreendidos por uma relação de seus costumes como na língua, religião e maneiras de agir. Para alguns autores *etnia* pressupõe uma base biológica, podendo ser definida por uma raça, uma cultura ou ambas. Já o termo *nação* pode ser entendido como o agrupamento político autônomo que ocupa território com limites definidos e cujos membros respeitam instituições compartilhadas. Mas, ainda assim, constatam-se relações entre os termos, já que *nação* também pode ser definida pelo grupo que compartilha costumes.

Exemplifica-se o acima exposto, através da unificação italiana e alemã, onde grupos étnicos diferentes e com origens em comum passaram a formar uma *nação* dividindo costumes, uma língua comum, apesar de ainda manterem dialetos regionais. Também se exemplifica o Estado Palestino que representa um grupo étnico que não possuiu um território ou o grupo étnico dos Curdos que possuem representação política, mas ocupam territórios dentro de outros países como Irã, Turquia e Síria, não possuindo territórios independentes.

A partir deste ponto verifica-se a identidade cultural como uma miríade de possibilidades, de origens diversas desde as questões biológicas até a pura sensação de pertencimento.

Sendo assim, diferenciam-se os termos três termos, quais sejam, Estado, *Nação* e *Etnia* com os três conceitos abaixo apresentados:

1. Estado: um agrupamento político e representativo;
 2. *Nação*: o povo que através do *jus soli* se define como pertencente a um território;
- e,
3. *Etnia*: grupo que compartilha costumes e, por vezes, uma origem genética comum.

De acordo com estes três pontos tem-se, acima deles, a sensação de pertencimento, aquilo que une culturalmente e faz sentir parte de uma unidade, seja ela política ou cultural.

Não se pode esquecer, ainda, que a expressão “Pátria” refere-se ao próprio território.

Portanto, diz-se que a identidade açoriano-madeirense se forma no grupo étnico, devido ao grande isolamento destas comunidades e o intercâmbio entre elas. Assim, com a vinda destes para o Brasil em colônias estratégicas para a manutenção territorial, em territórios que apesar de serem importantes pontos para a navegação eram de diversas formas comunidades isoladas. Este isolamento foi sendo vencido através dos anos e recebendo pessoas de diversos lugares de movimentos de imigração, de diversos países, bem como de movimentos migratórios de diversos pontos do país.

É neste contexto que, na década de quarenta do século XX, o movimento açorianista ganha força em Santa Catarina através da figura dos ditos açorianistas de primeira geração e na década de setenta do mesmo século com figuras como o professor Piazza e o icônico Cascaes. Muito embora a figura de Franklin seja mais conhecida por suas contribuições artísticas e culturais, a contribuição dos estudos do Professor Piazza é inegável para a discussão, como apresentado anteriormente.

4.5 ETNICIDADE E USO POLÍTICO

Percebe-se o uso político da identidade em diversos aspectos, desde as lutas por independência das antigas colônias até a formação de bancadas políticas dentro das representações político-religiosas do cenário brasileiro.

Em Santa Catarina isto pode ser visto com o uso da identidade açoriana pelos políticos, como legítimos representantes dos bairros e costumes, criando correntes eleitorais usadas para angariar votos. Exemplos destes bairros são: Freguesia do Ribeirão da Ilha, Lagoa da Conceição e Santo Antonio de Lisboa que veem nesta representação política formas para manter suas festas culturais e tradições de costume defendidas. Como já tratado anteriormente, estes políticos criam políticas e unidades de defesa da cultura, como apoio às festas do Divino e encontro de Ternos de Reis, bem como fundações que fortalecem esta identidade.

É justamente aí que se verifica esta ambiguidade entre o uso da cultura para a política e da política pela cultura. Este paradoxo levanta a discussão da validade do discurso açorianista não só da cidade de Florianópolis, mas de todo o Estado de Santa Catarina, bem como no Rio Grande do Sul.

Além desses Estados acima mencionados e nos quais predomina a cultura açorianista, destaca-se também outros Estados brasileiros que sofrem com a politização da

cultura e quando acaba se descaracterizando a prática cultural em decorrência da intervenção governamental (MENDONÇA, 2012).

Além dessa descaracterização acima citada, deve-se considerar que a política eleitoral e as ações do governo refletem em outros malefícios à cultura propriamente dita, uma vez que a politicagem acaba fazendo com que a cultura não se desenvolva (MENDONÇA, 2012).

Mendonça (2012, p. 237) explica, finalmente, que o proveito político está diretamente ligado à cultura, porque:

Em suma, o que persegue são votos e a criação de currais eleitorais, não interessando consciência, não interessa conscientização, não interessa engajamento, não interessa proposta, interessa o pão e o circo. O pão e o circo. (...) isso obedece a um sistema político, porque você cria currais eleitorais [...].

Compreende-se, de acordo com esse ensinamento acima mencionado, que a política interfere diretamente na cultura, mas acaba deixando de lado ou esquecendo a importância desta última em manter-se como sempre foi, independentemente de qual sejam os seus traços e/ou características marcantes.

Sendo assim, não restam dúvidas quanto à direta ligação entre cultura e política, seja nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul quanto em outros Estados brasileiros, motivo pelo qual não se pode esquecer que além de a política descaracterizar a cultura, “outro fator destacado é a fragilidade da cultura frente às tentações da mídia e do consumo”. Portanto, deve-se proteger o patrimônio cultural, uma vez que o interesse não pode vencer a tradição (MENDONÇA, 2012).

4.6 A IDENTIDADE DO “MANEZINHO”

Dado o processo de modernização da pacata cidade de Florianópolis, a partir da década de 1960, a entrada de grandes empresas estatais, tais como Eletrosul e Celesc, bem como a formação da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, a cidade passou por uma reestruturação do poder aquisitivo, com a vinda de mão de obra especializada de outros Estados para ocupar novas vagas de emprego.

Os novos trabalhadores possuíam um nível de poder aquisitivo muito superior ao até então visto em Florianópolis e para atender a demanda desse novo nicho de mercado,

desenvolve-se, até os dias atuais, uma das maiores forças industriais da cidade: a indústria civil e o mercado imobiliário que dominam áreas do plano diretor da cidade. Estes trabalhadores vieram em busca de emprego e encontraram uma realidade cultural considerada como arcaica e prosaica. Na visão destes trabalhadores recém-chegados, a comunidade ilhéu se comportava de forma corriqueira, onde as mulheres são donas de casa, são visitadas ou realizam visitas. Já os homens trabalham no mar e se divertem em “botecos” ou jogos de dominó nas praças (ROTHBARTH, 2015).¹²

No entanto, ao mesmo tempo em que a cidade passa por processo de modernização, tal como o que ocorreu em Paris e no Rio de Janeiro do século XIX (dadas as devidas proporções), as festas mantêm sempre um mesmo padrão. Não há interesse em modificá-las. Por isso, verifica-se um forte apego e ligação com o passado, um desejo de conectar-se com suas tradições e repetindo-se costumes de antepassados, como também se reforçando a identidade que acreditam ter construído.

As festas do Divino Espírito Santo e as farras do boi, típicas da tradição local, estão extremamente ligadas às memórias das ilhas açorianas, sendo que a primeira é repetida em todas as paróquias que a realizam. Destaca-se, por isso, que esta não é atrativa ao novo modelo social, mas ao *status quo* da moderna sociedade. A segunda, por sua vez, é vista como festa da barbárie, como arcaica e de mau gosto. Portanto, é realizada contra a opinião pública, não tem espaço na opinião da nova sociedade que se forma na Ilha de Santa Catarina e foi, conseqüentemente, proibida no final de século, apesar de ainda ocorrer em algumas localidades.

Contrariando essas opiniões, o professor Franklin Cascaes buscou as origens da cultura local e retratou-as em suas obras. Uma de suas obras demonstra, pois, a busca por uma identidade cultural do morador local. A modernização era considerada, para Cascaes, como sendo um processo destrutivo da cultura. Por isso, ele personificava tal modernização na figura de bruxo ou diabo.

Os conflitos sociais desta época podiam ser vistos nas ruas da cidade que ganhavam nomes como “Rua dos Paulistas”, “Rua dos de Fora”, dentre outros. Em uma espécie de retaliação surgiu, então, o termo “Zé Mané” que era uma forma vexatória de designar o morador local, nascido na cidade e descendente do que nela se viveu. Na origem do termo trazido por estes moradores de fora, está o significado de alguém vagabundo, “trouxa” e sem

¹² Esses trabalhadores do mar, por dependerem da sazonalidade das safras de peixes e das condições climáticas para a pesca, eram até vistos como “vadios” por não exercerem suas funções cotidianamente. No entanto, a atividade da pesca não consiste exclusivamente no “pescar”, há toda uma função com relação à manutenção dos equipamentos utilizados.

estudos. Assim, constata-se que o “Zé Mané” foi expressão criada para menosprezar a cultura local. Destaca-se, porém, que estes conflitos não são exclusivos dessa cidade, mas dentro de qualquer processo de modernização.

Em uma reviravolta poética o termo “Mané” ou “Manezinho” tornou-se algo “querido” pelo florianopolitano, ou seja, objeto de identidade cultural e de ligar-se ao passado. Rothbarth (2015) afirma, assim, que:

O Mané que conhecemos hoje é uma figura icônica e de muito respeito na cidade, por mais que seus valores tenham mudado muito durante as duas décadas principais de sua nomação. Crenças vão surgir e meios de vida irão mudar e no final nos deparamos com dois tipos de “Mané da Ilha”: Um que denomina aquele que nasce e vive na moderna Florianópolis, esse que vê o futuro como algo alcançável e que almeja mais do que nunca a continuação da modernização, esse que se mistura e aceita membros honorários e que muito se orgulham, E outro tipo de Mané, aquele que ainda mora nas praias, e vive uma vida pacata sem os agitos do centro, vivendo da pesca e de trabalhos braçais, pouco vem para o centro, mas que hoje aceita seu apelido com um pouco de desconfiança, pois ainda é visto por muitos que estão na cabeça do poder como um povo de segunda categoria, braçal. Como criticou ao chegar dos novos habitantes dos costumes e meio de vida, hoje é criticado por não mudar e não seguir o fluxo em que a cidade segue durante esses anos todos.

Feitas, assim, essas ponderações acerca da identidade do manezinho, examina-se, na sequência, o que é ser “manezinho”.

4.6.1 O que é ser “manezinho”

Durante muito tempo a figura do Mané foi colocada como sinônimo da imagem do atraso, das tradições cheias de misticismo, da religiosidade exacerbada e do homem sem espaço na sociedade moderna. E, assim foi até o início dos anos 1980 quando esta figura ganhou espaço de valor e relevância, ao mesmo tempo que se dissocia da figura do “malandro” e do “trouxa”.

O mané foi reinventado como figura tradicional, pelos poderes políticos e como forma de atrativo político para a cidade, O problema do Mané virar, a partir daí, um atrativo político, é que justamente este valor turístico e político também poderá ser utilizado como forma de repúdio à figura do Mané por aqueles que afirmam não haver presença açoriana e de suas tradições, ou seja, não haver raízes açorianas em Florianópolis, ensejando-se, assim, o entendimento de que esta cidade seria vicentista, onde um grupo de açorianos teria vindo para ocupar espaços, mas não formara grupo de tradições sociais.

Ora, se assim for, tem-se que afirmar que não há diferença entre as tradições dos

centros urbanos e rurais da cidade de Florianópolis e que não há também, na cidade, costumes ditos açorianos. Mas, como se discorreu ao longo desse trabalho, vários pontos da cidade e das cidades ao entorno demonstram clara relação cultural com os hábitos e costumes açorianos. Logicamente, registra-se, tais hábitos não são os mesmos dos Açores. Porém, como elucidam Hobsbawn e Ranger (1984, p. 10) que:

“Tradição” neste sentido deve ser nitidamente diferenciada do “costume”, vigente nas sociedades ditas “tradicionais”. O objetivo e a característica das “tradições”, inclusive as inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõem práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como as repetições. O “costume”, nas sociedades tradicionais, tem dupla função do motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência a inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o expresso na história.

Sendo assim, diz-se que as mudanças nos costumes não altera a relação entre cultura açoriana do litoral catarinense com a cultura açoriana do Arquipélago Atlântico dos Açores.

A tradição que permaneceu pode ser vista na manutenção das festas, por exemplo. A Festa do Divino se mantém forte como uma tradição dos dois mundos, mas seus costumes de como e quando devem ser feitas alteraram-se, não somente para se encaixar em uma nova realidade regional, como também para se adaptar aos novos tempos. Numa festa nos Açores também não se observa os discursos saudosistas das festas realizadas no litoral catarinense e quando a figura do imigrante açoriano é exaltada como um povo corajoso que deixou suas terras, que foram desterrados e enviados para o sul do Brasil por ordem da Coroa Portuguesa. Estas diferenças de costumes não impedem, entretanto, a identidade da festa como uma tradição que une dois espaços.

CONCLUSÃO

De acordo com todo o exposto no decorrer desse trabalho, verifica-se que há várias formas representativas da cultura açoriana no litoral catarinense, sendo que de muitas formas ela é usada no contexto político, turístico e artístico destas cidades, o que não invalida sua existência, mas sim a afirma de várias maneiras.

O tombamento histórico de bairros de arquitetura típica, a manutenção das festas em suas diversas formas de expressão religiosa só demonstra como o povo ainda mantém uma forte ligação com seu passado cultural e histórico, mesmo que este povo não mantenha o exato modo de expressão cultural açoriano e, por muitas vezes, não tenha o conhecimento da origem de suas expressões culturais. É justamente nesse ponto que se faz necessário verificar a ligação com o passado desta cultura através dos diversos grupos e políticas de manutenção, tendo em mente que as imigrações miscigenaram esta cultura a outros presentes nos territórios do sul do Brasil. Não elevando a cultura açoriana sobre outras, presentes nestes mesmos territórios, mas sim mostrando que estas culturas desenvolveram o modo de vida, principalmente no litoral catarinense.

Não se tem, assim, uma única origem, mas mistas origens culturais que se unem desde culturas nativas até as últimas levas migratórias.

A tradição açoriana pode ser vista em diversas destas miscigenações culturais, como, por exemplo, no folclore das histórias de bruxas, a grande rival dos pescadores e agricultores destes territórios e que podiam enfeitiçar os homens e dificultar e/ou impedir seu regresso seguro às famílias; ou, a figura das benzederas (benzedoras), aqui-inimigas das bruxas que enfrentavam com seu “Fado” os miasmas causados pelas malfeitoras.

Registra-se também a festa de boi de mamão que se cria através de uma representação do costume da Farra do boi e que apesar de extinta na forma de lei no litoral catarinense, se mantém nos Açores através da Tourada à corda. Esta ligação umbilical pode ser vista até mesmo nos falares, nos ditos populares que se mantém para além distância.

Essa proibição no litoral do catarinense com relação à Farra do Boi, como já assinalado anteriormente, decorreu de julgamento proferido no Recurso Especial nº 153.531 e baseou-se no fundamento de que este festival pode ser considerado como uma prática que sujeita animais a tratamento cruel, em plena violação ao disposto no artigo 225, § 1º, da Constituição Federal de 1988, apesar de se estar diante de situação que destoa da realidade vivenciada nos Açores.

Entretanto, vale destacar que um dos Ministros, à época do julgamento desse referido

recurso especial alegou que tal festival, diferentemente do que entenderam os demais Ministros do Supremo Tribunal Federal, pode ser definido como uma expressão cultural legítima, motivo pelo qual deve ser protegida pelo Poder Público. Além disso, tal Ministro relatou que a crueldade com os animais deveria, porém, ser coibida pela própria polícia durante o evento, visto que essa referida crueldade é apenas fruto de excessos cometidos por determinados indivíduos, mas não se pode generalizá-la.

Verifica-se, assim, que o ao encontro, inclusive, com a Proposta da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – que deseja declarar a Tourada à corda como patrimônio da humanidade.

Sendo assim, é inegável o vínculo entre o arquipélago e a ilha de Santa Catarina, como também com o litoral catarinense, o que se verificou, aliás, em viagem realizada pelo pesquisador e que constatou as proximidades existentes entre ambos.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. História comparada – da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. **Revista HISTEDBR Online**, n. 16, p. 17-35, Campinas, dez. 2004.

BRETÃO, José Noronha. **As danças do entrudo. Uma festa do povo. Teatro popular da Ilha Terceira**. Angra do Heroísmo, 1998. v. 1.

CORTÊS, Paixão; LESSA, Barbosa. **Manual de danças gaúchas** (com suplemento musical e ilustrativo). 8. ed. São Paulo: Irmãos Vitale, 1955.

COSTA, Susana Goulart. **Açores: nove ilhas, uma história**. Tradução Rosa Neves Simas. California: Institute of Governmental Studies Press, 2008.

FERREIRA, Sérgio Luiz. **“Nós não somos de origem”**: populares de ascendência açoriana e africana numa freguesia do Sul do Brasil (1780-1960). Tese (Doutorado em História), 261 fls., 2006. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. **A farra do Boi** - palavras, sentidos, ficções. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Portugal: Madeira e Açores**. São Paulo: Pubifolha, 2003.

GERLACH, Gilberto. **Desterro: Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Funcultural, 2010. Tomo I.

_____. Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Funcultural, 2010. Tomo II.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KAPLAN, David; MANNERS, Robert. A. **Teoria da cultura**. 2. ed. Tradução Zilda Kacelnik. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

LEAL, João. **Açores, EUA, Brasil: imigração e etnicidade**. Nova Gráfica, 2007.

MACEDO, Lisandra Barbosa. Tradição X inovação: patrimônio cultural e memória dos repertórios musicais do carnaval Zé Pereira em Florianópolis/SC. **Revista Tempo e**

Argumento, ano 2011, v. 3, n. 02, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180303022011230/1923>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

MENDONÇA, Luís. **História dos Açores em datas**. Óbidos, 2015.

_____, Gilson Martins. **Da tradição à eleição: o uso político da cultura por meio da festa oficial**. Tese (Doutorado em Administração), 271 fls., 2012. Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9979/TESE_GILSON_MENDONÇA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 jul. 2016.

MICHELMANN, Alan Cristhian. **Franklin Cascaes, a divulgação turística de Florianópolis e a invenção da “Ilha da Magia”**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), 77 fls., 2015. Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas: práticas socioculturais no oeste de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

NUNES, Lélia Pereira da Silva. **Caminhos do divino: um olhar sobre a festa do Espírito Santo em Santa Catarina**. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Insular, 2010.

OURIQUE, Arnaldo. **A terra e o gado, a corda e as gentes: ensaio interpretativo da manifestação popular tourada à corda da Ilha Terceira, nos Açores, Portugal, para efeitos de construção de uma ideia projeto para elevar a patrimônio da humanidade**. Portugal: Nova Gráfica, 2015.

PACHECO, Joice Oliveira. Identidade cultural e alteridade: problematizações necessárias. **Spartacus Revista Eletrônica dos Discentes de História**, Universidade de Santa Cruz do Sul, p. 1-11, 2007. Disponível em: <http://www.unisc.br/site/spartacus/edicoes/012007/pacheco_joice_oliveira.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2016.

_____, Joel. **Florianópolis a 10ª Ilha dos Açores: o encontro das origens**. 2. ed. Florianópolis: Ed. do Autor, 2006.

PEREIRA, Nereu do Vale. **O boi de mamão: folgado folclórico da Ilha de Santa Catarina: introdução ao seu estudo**. Florianópolis: Ecomuseu do Ribeirão da Ilha, 2010.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. Tradução Elcio Santos. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SANTA CATARINA. **Folclore catarinense**: um mosaico cultural popular. Florianópolis, 2011.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.

SOARES, Doralécio. **Folclore catarinense**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Universidade de Brasília, 1991. v. 1.

ZARUR, George de Cerqueira Leite (Org.). **Região e nação na América Latina**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

SITES DE INTERNET:

AÇORIANO ORIENTAL. **Festas Sanjoaninas da Ilha Terceira reforçam laços com emigrantes açorianos**. 10/01/2013. Disponível em: <<http://www.acorianooriental.pt/noticia/festas-sanjoaninas-da-ilha-terceira-reforcam-lacos-com-emigrantes-acorianos>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Jurisprudência: Recurso Extraordinário nº 153.531 - Diário da Justiça – 13/03/1998. *A obrigação constitucional do Estado de assegurar a todos os cidadãos o pleno exercício de direitos culturais, promovendo a apreciação e difusão de manifestações culturais, não exime o Estado de observar o dispositivo constitucional que proíbe o tratamento cruel de animais*. Disponível em: <http://www2.stf.jus.br/portalStfInternacional/cms/verConteudo.php?sigla=portalStfJurisprudencia_pt_br&idConteudo=185142&modo=cms>. Acesso em: 16 jun. 2016.

FLORIANÓPOLIS. Franklin Cascaes. In: **Prefeitura de Florianópolis**, Fundação Franklin Cascaes, 2016. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/franklincascaes/index.php?cms=franklin+cascaes>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

VISIT PORTUGAL. **Terceira, a ilha festiva**. 2016a. Disponível em: <<http://www.visitportugal.com/pt-pt/node/73817>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

_____. **Angra do heroísmo**. 2016b. Disponível em: <<http://www.visitportugal.com/pt-pt/content/angra-do-heroismo-4>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

MUSEU DO BRINQUEDO DA ILHA DE SANTA CATARINA. **Franklin Cascaes e o Museu do Brinquedo**. 23/02/2011. Disponível em: <<http://museudobrinquedodailhadesc.blogspot.com.br/2011/02/franklin-cascaes-e-o-museu-do-brinquedo.html>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

RETRATOS DA ILHA TERCEIRA. **Touradas à corda**. 08/10/2010. Disponível em: <<http://minervaemaggie.blogspot.com.br/2010/10/touradas-corda.html>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

ROTHBARTH, Rodrigo. **Do perdido no mar à magia ilhéu: a resignificação do termo Mané da ilha nos anos 1970-1980**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), 41 f., 2015. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.